

TESE 16º CNPPD ARTICULAÇÃO SINDICAL

Conjuntura Internacional

Nos últimos anos, o pensamento neoliberal passou a reger todos os aspectos da vida e, com isso, a lógica do mercado passou a prevalecer em nossa sociedade. Hoje, portanto, as questões sociais, econômicas, políticas e, inclusive, as pessoais, passaram a ser vistas como consequência natural do mercado. É a substituição do cidadão pelo consumidor.

Outros fatores também ajudaram a fortalecer o domínio do mercado sobre todas as coisas. Por exemplo, a mídia julga, frequentemente e propositadamente, as medidas tomadas pelo governo a partir da “reação do mercado”, pelas subidas e descidas da bolsa de valores e do preço do dólar. Esse tipo de cobertura jornalística limita, conseqüentemente, o debate a um pequeno grupo ligado ao capital financeiro internacional. E ainda coloca em xeque o princípio fundamental da democracia.

Exemplo de que o capital financeiro restringe a poucos o poder de intervenção e decisão, o risco país – um dos fatores determinantes na busca por capital internacional – é medido por seleto grupo de representantes de grandes bancos, que se posicionam de acordo com interesses específicos. Este procedimento é uma amostra do poder do capital, que obriga os governos a adotarem políticas pré-determinadas pelo FMI.

O neoliberalismo é, em sua essência, uma política socioeconômica centrada na concentração de renda e na exclusão social. É responsável pelo crescimento da miséria, pela queda dos indicadores sociais em todo mundo, em especial nos países em desenvolvimento, e pelo acentuado aumento de desemprego em todos os países.

As políticas neoliberais aplicadas pelo FMI levaram vários países a crises sucessivas e profundas, com alto custo social. Foram os casos do México, da Rússia, da Indonésia, da Argentina e do próprio Brasil.

Nos oito anos de governo tucano, o País seguiu a risca à cartilha do Neoliberalismo, cumprindo todas as metas estabelecidas: sucateamento do Estado, privatização das empresas estatais e subserviência à política internacional das grandes potências.

A percepção cada vez mais clara de que o neoliberalismo está longe de conseguir assegurar o crescimento econômico dos países, mesmo o dos desenvolvidos, e o abandono de muitas de suas teses não significou, porém, o seu fim. Ao contrário, grande parte do ideário neoliberal continua forte o suficiente para continuar limitando a adoção de políticas necessárias para a correção dos graves problemas sociais por ele provocados nos países em desenvolvimento.

Não foi possível ainda influenciar na indicação de alternativas que solucionem a desigualdade causada por essas políticas. A questionada eleição de Bush, em 2000, para presidência dos EUA contribuiu para a adoção de medidas ainda mais unilaterais e agressivas do princípio que rege o mercado.

Por outro lado, a eleição de Lula para presidente do Brasil repercutiu internacionalmente de forma positiva, principalmente porque o povo se viu representado na proposta vitoriosa, caracterizada como um projeto popular.

Além disso, com a eleição de Lula, houve mudança na política externa brasileira. O atual governo tem como premissa a defesa dos produtos nacionais e o combate às barreiras alfandegárias e aos subsídios agrícolas, utilizados pelos países desenvolvidos para assegurarem uma posição vantajosa nas negociações internacionais.

Ao reafirmar a soberania nacional, Lula possibilitou que o Brasil se aliasse a outros países, por meio de bloco internacional, para pressionar as políticas adotadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Com esse bloco, o Brasil obteve valiosas vitórias, contra os EUA, nos painéis do algodão e do aço e, contra a União Européia, no do açúcar.

América Latina – No âmbito regional, o governo Lula conseguiu reforçar o Mercosul e colocou as discussões em torno da Área do Livre Comércio das Américas (ALCA) em outro patamar: impediu que os Estados Unidos dominasse completamente os mercados dos países latino-americanos sem efetuar qualquer concessão. Ainda conseguiu que as articulações internacionais fossem acompanhadas por articulações da sociedade civil.

Conjuntura Nacional

O Brasil adotou, ao longo de seus 500 anos de história, modelos de desenvolvimento econômicos socialmente excludentes, concentradores de terras e renda, predadores de recursos e potenciais naturais, centrados em beneficiar alguns poucos em detrimento da maioria da população. Tal quadro foi agravado ainda mais com a adoção do receituário neoliberal a partir do governo Collor e aprofundado pelo governo FHC.

Essa realidade começou a se modificar com a vitória de Lula em 2002 e se reafirma com sua reeleição: 58.295.042 milhões de brasileiros (60,83%) votaram no líder popular. A vitória em segundo turno, com maior número de votos que em 2002, explicitou a disputa que existe na sociedade brasileira entre dois projetos: de um lado, as forças da direita e da elite reacionária que há anos comandou o País; de outro lado, um projeto de esquerda, democrático e popular, que vem implementando mudanças importantes para a classe trabalhadora e toda a sociedade.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) sempre esteve comprometida com a defesa de um projeto de superação da herança neoliberal e de fortalecimento da luta das forças do campo democrático e popular. A decisão do 9º Congresso Nacional da CUT de apoiar a reeleição de Lula foi, portanto, um reconhecimento nacional de que as propostas de Lula beneficiam todas as categorias.

A reeleição demonstra, sobretudo, o desejo do povo brasileiro em manter os avanços conquistados no primeiro mandato e consolidar um país mais justo e igualitário. Somente um governo de mudanças legitimado pelo povo e comprometido com a causa popular poderia conquistar tamanha vitória diante de ataque tão maciço da mídia e dos defensores da política neoliberal, das elites brasileiras.

Certamente, um cenário contrário à vitória de Lula seria retrocesso na história brasileira. Com essa vitória, os trabalhadores e trabalhadoras ganharam mais uma batalha.

Política Macroeconômica – Os avanços trazidos pelo governo Lula se estendem para a economia nacional, apesar dos limites impostos pelo capital financeiro para se aprofundar o processo de mudanças. As melhorias para o

país são inegáveis e inquestionáveis, como por exemplo o investimento na agricultura familiar, a promulgação do Estatuto do Idoso e o combate ao trabalho escravo. Além disso, também foram tomadas medidas contra a discriminação por sexo e raça e a favor da contratação de funcionários públicos por meio de concursos e houve o aumento real de quase 20% do salário mínimo.

É importante não perder o foco de que o governo Lula assumiu em 2003, em meio a grave crise econômica e social, num cenário de incertezas diante da herança recebida de dez anos: queda na taxa de investimento público e privado, desequilíbrio das contas externas, elevadas taxas reais de juros, enorme endividamento público em termos de proporção do PIB, taxas inexpressivas de crescimento econômico, altos níveis de desemprego e péssimos indicadores de distribuição de renda e de agravamento das desigualdades sociais.

Desde que tomou posse em 2003, o presidente Lula já reajustou a tabela do imposto de renda, ampliou o ensino público universitário, se contrapôs à assinatura do tratado da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e fortaleceu as relações externas do Brasil. No entanto, entre as ações mais importantes, valorizou os movimentos sociais, fundamentou políticas públicas de empoderamento da mulher e readmitiu trabalhadores exonerados injustamente no governo Collor. Ainda são méritos desse governo a reorientação das empresas públicas e a abertura do diálogo democrático nas relações de trabalho.

O atual governo tem tido especial cuidado com o mercado de trabalho. Há uma continuidade no crescimento do emprego formal e na queda das taxas de desemprego. De uma média mensal de 63.535 mil postos de trabalho gerados com carteira assinada em 2002, passou-se para 152.687 mil em 2005, totalizando um montante de 3,7 milhões nos três primeiros meses de governo. Em 2006, foram gerados mais de 1.383.805 novos postos de trabalho. O governo Lula criou 324% mais empregos formais que FHC em 8 anos. As taxas de desemprego recuaram, o rendimento médio do brasileiro passou de R\$ 837,50, em agosto de 2002, para R\$ 1.036,20 em agosto de 2006.

As iniciativas em áreas não diretamente ligadas à produção também geraram benefícios, trazendo impactos positivos para toda a população.

Investimento em habitação, maior atenção à saúde pública, extraordinários avanços com o PROUNI, o FUNDEB, o programa Luz para Todos e a ampliação do período de ensino fundamental para nove anos são demonstrações claras e contundentes do compromisso com os mais pobres, que são a esmagadora maioria da classe trabalhadora. O Bolsa Família, por exemplo, é um programa cujos indicadores mostram considerável avanço, apesar das suas limitações.

A grande marca do Governo Lula, no que diz respeito às suas relações com o mundo trabalho, foi certamente a democracia. Lula abriu as portas para um debate amplo com os movimentos sociais, embora nem sempre as nossas opiniões tenham sido levadas em consideração, como ocorreu na Reforma da Previdência, na elaboração da Lei de Falências e na Lei das Parcerias Público/Privadas e na criação da Super Receita – projeto que atinge a nossa categoria diretamente.

Foi diante desse quadro que a Fenadados, entidade orgânica à CUT, tomou a decisão de apoiar a reeleição do governo Lula. No entanto, a entidade sindical nacional autônoma e independente continuará provocando e apoiando mobilizações que resultem em avanços para a classe trabalhadora.

A continuidade das mobilizações é imprescindível, principalmente porque as forças conservadoras continuam inconformadas com a vitória dos trabalhadores e estão em permanente disputa pela hegemonia na sociedade brasileira. Mais do que nunca é necessário colocar o povo na rua em defesa de nossas propostas.

Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho

A Tecnologia da Informação e as idéias de sociedade da informação

Após a crise capitalista dos anos 70, profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais varreram o mundo, possibilitadas pela emergência de um novo paradigma tecnológico baseado na microeletrônica e na tecnologia da informação. As mudanças eram sustentadas ideologicamente, então, pelo neoliberalismo – versão revisitada dos velhos princípios liberais de redução do Estado e de liberdade de ação para o mercado. Neste modelo, a

única alternativa é a intervenção do Estado para ampliar a demanda e gerar pleno emprego.

A implementação das idéias neoliberais não garantiu, no entanto, um longo período de crescimento econômico, mas sim uma sucessão de pequenos ciclos, interrompidos por crises e depressões que se espalham pelo mundo, cada vez mais rápido, graças à globalização e à própria tecnologia que a sustenta, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas, inclusive nos países desenvolvidos.

Esse processo contraditório ganha visibilidade, nos anos 90, quando uma economia capitalista em crise, presenciando o fim do chamado socialismo real, promovia profundas mudanças, potencializadas por três grandes movimentos do capitalismo: a globalização, a reestruturação produtiva e a “financeirização” da economia.

A globalização não é um fenômeno novo, nem próprio da crise, mas apenas “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” que se firma no final do século XX, significando a possibilidade de alguns atores econômicos operarem em escala global, isto é, sem as fronteiras serem obstáculos para suas ações, quais sejam: planejar e executar sua produção em diferentes lugares, circular livremente suas mercadorias e seus capitais, preservando, contudo, o controle unificado e em tempo real de todos os processos.

Outro movimento essencial desse processo de globalização econômica é o da “financeirização” da economia – a “enorme possibilidade de geração de riqueza na esfera financeira, o que, aliás, sempre existiu no capitalismo, mas jamais com tamanha magnitude” –, em detrimento da acumulação capitalista na esfera produtiva, graças à capacidade de operar simultânea e continuamente, em qualquer lugar e a qualquer hora, num mercado virtual, sem nenhum lastro na produção real da economia.

Para que esse mercado global funcione, atendendo aos interesses das economias dominantes (EUA, União Européia e Japão), importantes alterações vêm sendo implementadas no sistema de governança mundial (constituído pela Organização das Nações Unidas e suas agências), com o fortalecimento das instituições supranacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, que assumem poderes

de regulação econômica e política desse mercado, para os quais os Estados concedem (ou são constrangidos a conceder) soberania.

O movimento de reestruturação produtiva, por sua vez, é o modo como o sistema rearruma-se para sair da crise, substituindo o modelo de produção *atual* por um novo paradigma de produção em massa de bens diferenciados, sustentado numa automação flexível com base técnica na microeletrônica.

Essas mudanças afetam a própria natureza do trabalho que, salvo algumas exceções, “não mais consiste em produzir diretamente alguma coisa, e sim em supervisionar, regular, manter, otimizar, melhorar os processos e sistemas”, exigindo a emergência de um novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente, porém ampliando a fragmentação e a desestruturação do trabalho, gerando mais “insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação”.

A tecnologia torna-se assim, pela primeira vez na história, uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo. Sua principal característica é o ciclo permanente de retroalimentação entre a inovação e seu uso, que permite sua rápida difusão, conectando o mundo numa velocidade desigual e seletiva, tanto social quanto funcionalmente. Essa desigualdade na transmissão de conhecimentos determina a existência de “grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão desconectados do novo sistema tecnológico”.

A importância da Tecnologia da Informação (TI), nos processos citados acima, é observada em seu papel central na conformação de uma nova revolução industrial, a ‘Revolução da Informação’ que, para muitos, tem servido de base para a configuração de uma nova estrutura social, a ‘Sociedade da Informação’ ou ‘Sociedade do Conhecimento’.

Com base nessas idéias, as instituições supranacionais vêm formulando propostas que têm influenciado os governos nacionais, inclusive o do Brasil, na definição de políticas que ficaram conhecidas como ‘iniciativas rumo à sociedade da informação’.

A evolução da Tecnologia da Informação

O marco inicial da história da TI está situado, sem dúvida, nos esforços de pesquisas com fins militares, durante a Segunda Guerra, para desenvolvimento

de máquinas capazes de acelerar a decifração de códigos e outras operações militares, que exigiam grande capacidade de cálculo numérico. Essas pesquisas levaram à criação do computador, em 1946, e do transistor, em 1947. O desenvolvimento do circuito integrado de transistores (chip), em 1959, acelerou a evolução da microeletrônica, numa velocidade tal que permitiu dobrar a capacidade de processamento a cada 18 meses, sem alterar seu custo (Lei de Moore), tornando possível o novo paradigma tecnológico da microeletrônica e, com sua integração ao computador, conseqüentemente a Revolução da Informação.

O primeiro computador, o ENIAC, foi construído, em 1946, por uma equipe da universidade da Pensilvânia, nos EUA, com velocidade de processamento de 100 kHz, operando com 18 mil válvulas. Em 1951, a mesma equipe lança o UNIVAC, capaz de processar dados alfanuméricos e armazenar 1.024 palavras de 44 bits. Em 1953, a IBM lança seu primeiro computador, com quatro vezes a capacidade do UNIVAC. Em 1958, a SPERRY lança a segunda geração de computadores, substituindo as válvulas pelos transistores.

Em 1964, a IBM, com seu *mainframe* 360, lança o sistema operacional em disco, permitindo uma programação (*software*) separada do equipamento (*hardware*), começando, assim, um domínio da indústria de informática que dura até o surgimento do microcomputador, lançado inicialmente pela APPLE, em 1976, mas popularizado pela própria IBM, com o PC (computador pessoal).

A difusão do micro foi possível graças ao desenvolvimento de um sistema operacional adequado, o MS-DOS, adaptado do BASIC pela equipe que deu origem a Microsoft, a empresa que vai dominar a indústria de *software* com o sistema operacional Windows. Esse domínio é hoje disputado, de um lado, pelo crescimento de sistemas operacionais alternativos, como o GNU/Linux, baseado em *software* livre, e de outro, pelas novas indústrias baseadas em tecnologia Internet.

A Internet se origina também de pesquisas com objetivos militares, voltadas para o desenvolvimento de uma rede de computadores capaz de funcionar mesmo com a destruição de alguns de seus pontos. Isso seria possível pelo fato de não existir um centro único de processamento, nem apenas uma rota de comunicação entre os computadores, mas uma rede de rotas, com as informações circulando nela em forma de pacotes transmitidos,

de forma redundante, por várias rotas. Em 1969, surge a Arpanet ligando quatro universidades americanas, originando o que é hoje a internet.

O desenvolvimento de um protocolo padrão, o TCP/IP, em 1974; a criação do sistema de hipertexto, World Wide Web (que ficou conhecido com www), em 1991, e a criação do primeiro navegador, programa capaz de ler os hipertextos e colocá-los na tela, de forma gráfica, em 1993, promovem verdadeira explosão da internet pelo mundo, a partir dos anos 90, com a conexão de milhares de redes e milhões de usuários, tornando realidade o ciberespaço.

Inicialmente criada sem fins comerciais, a internet foi transformada na principal infra-estrutura de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), em nível mundial, como consequência da própria sociedade da informação que se constitui nos marcos da globalização.

A sociedade da informação

A sociedade da informação, além do crescimento do setor financeiro e do aumento da economia intensiva de conhecimento, com impacto na esfera da produção e da circulação de bens, cria novas formas de sociabilidade que não dependem de espaços territoriais definidos e, em consequência, cria novos padrões de consumo para essas redes de sociabilidade.

Mas essa aparente aldeia global nem é tão global assim, pois se restringe aos países desenvolvidos e às elites dos demais países, e nem tão aldeia, pois os recursos de interação são efetivamente controlados por instituições públicas e privadas que imprimem regras e hierarquias semelhantes às dos demais aspectos do mundo contemporâneo globalizado.

Uma outra globalização

A relação entre a globalização e a TI gerou um sistema de técnicas hegemônico, simbolizado pelo computador, que está espalhado por todo o planeta. Hoje influencia direta ou indiretamente todos os lugares, hegemонizando todas as outras técnicas, numa relação de causa e efeito entre os diferentes fatores que explicam “a arquitetura da globalização: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”

A unicidade da técnica é identificada com a chegada da TI, por meio da cibernética, da informática e da eletrônica. Além de possibilitar que todas as outras técnicas se comuniquem, torna possível a convergência dos momentos, simultaneamente e em todos os lugares, acelerando a história. Essa convergência dos momentos, ou unicidade do tempo, é comandada pelos grandes autores – hoje os donos da velocidade da história e do discurso ideológico – e não por todos os homens que, portanto, não são autores desse tempo real que é excludente.

Ao contrário do fim da História previsto por alguns, “existe tensão entre o processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele”. Conseqüentemente, as contradições decorrentes desses movimentos possibilitam a emergência de pensamentos alternativos propondo “a construção de outro mundo, mediante uma globalização mais humana”, sustentada em uma multiplicidade de atores sociais atuando em diferentes dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Uma mudança de paradigma tecnológico para um novo, que tem a TI como base, causando profundas mudanças no mundo do trabalho e na sociedade. Nessa ‘Sociedade da Informação’ que se conforma, a generalização de uso da TI e a emergência da internet abrem possibilidades de democratização das informações, fortalecimento da cidadania e ampliação da democracia.

Esse desfecho positivo, numa perspectiva de construção de um mundo mais justo, no entanto, está condicionado pela própria disputa de hegemonia entre as diferentes visões de globalização. As possibilidades de futuro que emergem dessa disputa tornam fundamental compreender e apreender as características da ‘Revolução da Informação’, em curso, bem como as ‘iniciativas rumo à sociedade da informação’.

O G7 (reunião das principais economias mundiais, hoje transformado em G8, com a incorporação da Rússia) realizou uma Conferência sobre a Sociedade da Informação, em 1995, em Bruxelas, que foi o marco na transição de um regime nacional de comunicação e informação para um internacional, que definiria as diretrizes a serem adotadas pelos países em âmbito nacional.

O governo brasileiro e a sociedade da informação

Com bases nas diretrizes disseminadas pelas instituições supranacionais, o governo brasileiro decidiu, em 1999, elaborar sua iniciativa para a 'Sociedade da Informação', constituindo um grupo de trabalho, com a participação da sociedade, para elaborar o que foi denominado Livro Verde da Sociedade da Informação, com as propostas de diretrizes e de plano de ações do Programa Sociedade da Informação (Socinfo).

No Livro Verde, o governo assume as idéias de sociedade da informação já referidas – considerando ser esse um novo paradigma técnico-econômico, um fenômeno global, com acentuada dimensão político-econômica e dimensão social –, correndo riscos ante a exclusão digital e a disparidade entre os países e as regiões. Assume que a emergência desse paradigma é uma oportunidade de “resgatar a dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional”

O programa se desdobra em grandes Linhas de Ação: (a) mercado, trabalho e oportunidades; (b) universalização de serviços para a cidadania; (c) educação na sociedade da informação; (d) conteúdos e identidade cultural; (e) governo ao alcance de todos; (f) P&D, tecnologias-chave e aplicações; (g) infra-estrutura avançada e novos serviços. Para sua execução, assume a visão de uma sociedade em rede, em que as responsabilidades são compartilhadas entre: o setor privado, que dispõe de capacidade de investimento; o governo, com o papel de assegurar o acesso universal às TICs e garantir as condições de competição entre os agentes econômicos; a sociedade civil, zelando pelo interesse público; a universidade, pelo seu papel de formação e pesquisa e, finalmente, todos participando da formulação e da execução das atividades do programa.

As diretrizes elaboradas no Livro Verde aproximam o Socinfo das propostas européias que, além dos aspectos econômicos, enfatizam os aspectos sociais e culturais da sociedade da informação, possíveis com a universalização do acesso à internet. No entanto, a não liberação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) impediu que as metas de disseminação do uso dos recursos de TI em escolas

e bibliotecas públicas, principais propostas de democratização do acesso a essa tecnologia, fossem atingidas.

Apesar da elaboração do Livro Branco, que consolidaria as propostas do programa a partir de um debate com a sociedade, não ter sido encaminhada pelo governo, as propostas do Socinfo serviram de base, até 2002, para as ações governamentais no setor.

Em 2003, ao apresentar seu programa, o novo Governo reconhece a importância estratégica da TI em todos os setores da vida nacional, afirma o direito ao acesso à informação como princípio de sua política para o setor e propõe que a TI, dentro de uma nova política de produção cultural, seja colocada a serviço do desenvolvimento de uma nova consciência cidadã, crítica e participativa. Sem extinguir formalmente o Programa Socinfo, e sem definir explicitamente nova política global para o setor, adota novas diretrizes baseadas na disseminação do *software* livre, na disseminação de pontos de acesso público à internet e em nova visão de governo eletrônico, mais voltada para o exercício do direito coletivo à informação e ao acesso aos serviços públicos pelas pessoas, vistas como cidadãos e não como meros consumidores.

Com base nessa nova orientação governamental, o Brasil participa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que procurou definir governança multilateral para a infra-estrutura internacional de informação e comunicação.

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

Em 1998, em Seattle, a Conferência da União Internacional de Telecomunicações (UIT) propõe a realização de uma Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), na seqüência de conferências temáticas organizadas pelo sistema da ONU, iniciada com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO/92 realizada no Rio de Janeiro.

Essas conferências são realizadas com o objetivo de reforçar o papel da ONU e de suas agências, enfatizando seu caráter multilateral, num cenário de crescente globalização. O processo culminou com a Conferência do Milênio, em 2000, que aprovou a Declaração das Metas do Milênio com objetivos a ser

cumpridos, por todos os governos, no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A ECO-92 viu emergir as Organizações Não Governamentais (ONGs) como atores políticos, representativos de determinados interesses específicos da sociedade civil, buscando influenciar na definição de políticas, em níveis nacional ou mundial. Articulando-se em redes sociais, com o uso intensivo e pioneiro da internet, tornam-se interlocutores das instituições supranacionais, na maioria das vezes contrapondo-se aos interesses hegemônicos neoliberais, porém, em alguns casos tornando-se seus agentes. Seu papel é objeto de intenso debate, em especial por se colocar, às vezes, como representante da sociedade.

Em 1999, é decidido que a CMSI seria organizada pela Secretaria Geral da ONU, com a gestão administrativa e organizadora a cargo da UIT. Em 2001, o Conselho da UIT decide realizá-la em duas fases e a Assembléia Geral da ONU convoca a Cúpula com o objetivo de definir uma visão comum sobre a 'Sociedade da Informação' e seu marco regulador, fixando mecanismos de utilização da TI em favor do desenvolvimento e meios de redução da exclusão digital.

Com base nessas resoluções, a UIT convoca os governos, a iniciativa privada e a sociedade civil a participar da Cúpula, como observadores, desde a sua preparação até a realização da 1ª fase, em Genebra, em 2003, e da 2ª fase, em Túnis, em 2005. É bom ressaltar que as empresas de comunicação e telecomunicações participam da estrutura formal da UIT, influenciando decisivamente suas posições.

A sociedade civil participa ativamente da Cúpula, representada por diferentes segmentos e interesses, unificados em torno de idéias como: o conhecimento é um bem comum, portanto, deve ser compartilhado e não privatizado ou comercializado; a informação e a comunicação, livres e plurais, são fundamentais para a ampliação da participação democrática; a sociedade da informação deve ser construída em benefício de toda a humanidade, e não de algumas nações ou empresas.

Os resultados da Cúpula são contraditórios. De um lado, na 1ª fase, a Declaração de Princípios e o Plano de Ação afirmam a importância de construção de "uma Sociedade da Informação inclusiva e orientada ao

desenvolvimento, em que todos possam criar, consultar e compartilhar a informação e o conhecimento”, numa perspectiva sustentável e de melhoria da qualidade de vida de todos; afirmam a importância da TI para atingir as Metas do Milênio e colocam as questões referentes à informação e à comunicação na esfera de efetivação dos direitos humanos (CMSI, 2003). Por outro lado, por falta de consenso entre os países, questões essenciais não são resolvidas, tais como a criação de um fundo de solidariedade digital, como mecanismo efetivo de redução da exclusão digital, a garantia de liberdade e privacidade na rede e o modo de governança e gestão da internet.

A preparação da 2ª fase é marcada pelo confronto sobre a governança da internet, entre os EUA, defendendo seu controle sobre essa rede, e a União Européia, aliada a diversos outros países, entre os quais o Brasil, defendendo um modelo de gestão multilateral, semelhante ao modelo brasileiro, onde o Comitê Gestor da internet tem representação do governo, das empresas, da sociedade civil e da academia.

A Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, aprovada na 2ª fase, praticamente se restringe ao tema da internet, tratando, de forma genérica, temas importantes como: as mídias eletrônicas e sua convergência com a internet; a garantia de diversidade cultural, lingüística e regional; as dimensões éticas da sociedade da informação; a propriedade intelectual na internet e o *software* livre; o financiamento do combate à brecha digital. A Cúpula aprova, ainda, a criação de um Fórum sobre a Governança da Internet transparente, democrático, multilateral e multissetorial, com mandato para discutir todas as questões sobre o tema, porém sem poder de deliberação.

O resultado das duas fases da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação deixa claro que não existe consenso sobre o modelo de governança, tanto entre os governos quanto na sociedade, como foi comprovado com a decisão do governo dos EUA em prorrogar por mais dois anos o seu contrato com o ICANN, logo após a primeira reunião do Fórum, realizada em Atenas, em junho de 2006, adiando assim a possibilidade de uma governança multilateral da internet.

BALANÇO DA GESTÃO

Um mandato “Com muitas razões para lutar... “ Experiências, aprendizado e conquistas.

Introdução

A direção da Gestão 2004/2007 foi eleita no 15º Congresso Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados (CNPPD), realizado na primeira quinzena de maio de 2004. Foi constituída por diversas forças políticas que compõem o movimento sindical de Tecnologia da Informação, a partir de duas chapas inscritas com a seguinte composição: Chapa 1 – Articulação Sindical, Chapa 2 – MTS, Causa Operária, PDT e segmentos do PT.

A ampla composição da Chapa 2 dificultou o estabelecimento de interlocutores ou interlocutoras. Apesar dos componentes dessa chapa terem participado da composição no congresso da categoria, vários aspectos de concepção divergentes paulatinamente apareciam durante as discussões.

A distribuição de cargos, conforme prevê o estatuto, refletiu a votação de cada chapa. Dos 20 cargos de diretoria existentes na Fenadados, coube à Chapa 1 a indicação de sete cargos na Executiva e sete na direção, incluindo o Conselho Fiscal.

Com essa formação política, a Fenadados, entidade orgânica à Central Única dos trabalhadores (CUT), reafirmou diariamente o compromisso com as diretrizes e as resoluções da Central. A direção da Fenadados teve e tem, diante de si, o desafio de manter-se autônoma e independente em relação a partidos políticos e ao governo. Tem também como tarefa a defesa das reformas sociais, especialmente a reforma sindical, e como princípio a luta contra a privatização e a precarização das relações de trabalho, defendendo intransigentemente os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

As divisões no campo da esquerda acirraram a disputa no interior do movimento sindical, levando à criação de organismos ou frentes de vocação sectária e esquerdista. Essa divisão, oportunista e partidária, enfraquece a organização dos trabalhadores na luta por melhores conquistas.

No campo específico de atuação da Fenadados, houve importante divisão: a oposição CUTista do SINDPPD-RS. Após a desfiliação do SINDPPD-

RS da CUT, o sindicato suspendeu o pagamento à Fenadados, apesar de continuar utilizando a federação como palanque de disputa. A constante inadimplência de algumas entidades filiadas, que ao longo do mandato não cumpriram com suas obrigações estatutário-financeiras, retardaram algumas ações necessárias para o fortalecimento da organização de trabalhadores e trabalhadores.

Os dados acima são importantes para avaliar a gestão 2004/2007 e também devem ser compreendidos como desafios para a futura direção da entidade.

Eqüidade – O mandato 2004/2007 – Muitas Razões para Lutar – se defrontou com as campanhas salariais, que apesar de todas as divergências no campo da concepção e da prática, entre as forças políticas que compõem a direção, garantiu a participação de todos os companheiros e companheiras nas coordenações de trabalho, nas coordenações das campanhas salariais, nas plenárias, nos seminários e nas reuniões do Conselho Diretor. O reflexo dessa prática, somado à maturidade e à mobilização de trabalhadores e trabalhadoras do Serpro e da Dataprev e ao novo modelo de gestão impulsionado pelo governo Lula, garantiu um salto de qualidade em relação ao passado, com a reposição das perdas dos períodos, a manutenção e a ampliação de direitos, em todos os acordos salariais assinados, durante essa gestão.

Infra-estrutura – A gestão adquiriu importante infra-estrutura, com o intuito de facilitar e profissionalizar a execução das atividades sindicais e aumentar, assim, o patrimônio da entidade. Além disso, com a ampliação da infra-estrutura, a Federação proporcionou o acompanhamento e o desenvolvimento necessários das ações sindicais, por meio de assessorias como a jurídica, a econômica e a de comunicação e imprensa, e ainda de consultorias pontuais.

A situação política exigiu da gestão 2004/2007 não só a realização de reuniões e plenárias estabelecidas por estatuto, como também o aumento da frequência de atividades de toda natureza e objetivos. A extensa agenda cumprida, abrangendo seminários, plenárias, encontros e conferências, foi amplamente divulgada, cabendo destaque para as seguintes:

Regulamentação da profissão

Foi deliberado no 15º Congresso que esta gestão deveria retomar o debate e encaminhar as ações referentes à regulamentação da profissão. Assim foram realizados vários seminários regionais e também um nacional. A Fenadados participou de seminários realizados por sindicatos filiados e de reuniões com entidades do setor, com o objetivo de construir uma proposição convergente.

A matéria, porém, não chegou a ser apreciada na legislatura anterior, sendo arquivada. O parecer do relator da comissão por ela responsável, o ex-deputado Vanderlei Assis (PP-SP), foi apresentado na metade de 2006, mas, em razão das eleições de outubro, as comissões permanentes da Câmara não realizaram sessão para apreciar os projetos de lei.

Agora é preciso contatar um parlamentar eleito, comprometido com a luta dos trabalhadores, e com ele articular para solicitar o desarquivamento da matéria no prazo regimental de 180 dias. Caberá, então, à nova gestão, a ser eleita no 16º CNPPD, viabilizar a retomada do projeto sobre a regulamentação da profissão na Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

Defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da Dataprev

Esta gestão desempenhou importante papel em defesa da Dataprev, principalmente quando a empresa sofreu vários ataques como o do então ministro da Previdência Amir Lando, que acusou, na imprensa brasileira, que as panes no sistema da previdência eram decorrência de fraudes. A federação agiu prontamente e divulgou nota à imprensa, desmentindo a calúnia feita pelo ex-ministro, além de publicar em vários meios de comunicação entrevistas e o posicionamento da direção da federação sobre o tema. Juntamente com a Associação Nacional dos Trabalhadores da Dataprev (ANED), a federação protocolou na Casa Civil abaixo-assinado em defesa da Dataprev e de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Com a edição da Medida Provisória (MP) 258/2005, a federação realizou uma conferência nacional para debater os impactos dessa MP. No evento, a medida foi rejeitada como um todo, e os participantes demonstraram repúdio às mudanças e às conseqüências que a MP 258 poderia acarretar aos funcionários da Dataprev e do Serpro.

Várias ações foram realizadas com a finalidade de divulgar o posicionamento do movimento sindical, como reuniões com dirigentes da Dataprev e o Ministério da Previdência Social, além de cartas abertas à sociedade e publicações em meios de comunicação. Foram feitos também Atos em Defesa da Dataprev em todos os estados brasileiros.

Ainda em defesa da Dataprev e de seus trabalhadores e trabalhadoras foi realizada a conferência A Dataprev do Futuro, que teve a participação de diretores da empresa, do ministro da Previdência Social, do companheiro João Felício, então presidente da CUT Nacional, da deputada federal Ana Guerra e de representantes dos trabalhadores. Com essas atuações, o projeto de reestruturação/regionalização em andamento na empresa foi barrado, principalmente diante da forte mobilização da campanha salarial, que garantiu a instalação, em caráter permanente, da comissão paritária que acompanhará o projeto de reestruturação.

Serpro Saúde

Bandeira defendida pelo movimento sindical, a participação em comissões paritárias, especificamente na Comissão Paritária de Gestão e Saúde do Serpro, possibilitou que a assessoria jurídica da federação elaborasse uma proposição de modalidade de efetivação da auto-gestão, com convênio de reciprocidade com a Cassi. Faz quatro anos que a saúde de trabalhadores e trabalhadoras do Serpro apresenta resultado social e financeiro positivo.

Serpro Plano de Cargos e Salários

Ainda com a concepção de que a participação em comissões paritárias pode facilitar a construção de alternativas que atendam a necessidades e anseios da classe trabalhadora, participamos ativamente da Comissão de Plano de Cargos e Salários para os trabalhadores do Serpro.

Infelizmente, alguns gestores da empresa enxergaram, por meio dessa comissão, a possibilidade de mais uma vez cooptar os trabalhadores que pouco participavam das decisões. Assim, com o entendimento de que o Plano de Cargos e Salários deve ser um instrumento que também atenda à gestão pública eficiente, retiramo-nos dessa comissão, por perceber que o espaço para negociação no âmbito da comissão estava findo.

O movimento sindical, ou seja, a federação e suas entidades filiadas, ao analisar todas as informações, deliberou por sair da comissão paritária, uma vez que o Serpro quebrou a relação de boa fé e de confiança no processo de negociação. No entanto, não saímos da comissão e esquecemos o assunto. Na verdade, durante a campanha 2006/2007, foi assinado com a empresa, termo de compromisso que garantiu o retorno da discussão para implementação do plano. Hoje a direção a ser eleita no 16º CNPPD tem como uma das tarefas dar prosseguimento na elaboração desse plano.

Ampliação da base e da atuação

Durante esta gestão tivemos a grata satisfação de ter incluído em nosso quadro de entidades filiadas o SINDPD-RN. Para que essa nova filiação pudesse ocorrer, a federação esteve presente na assembléia realizada no Estado. Além disso, o SINDPD-GO, que estava suspenso, retornou ao quadro de filiados da Fenadados. O retorno desse sindicato foi deliberado em reunião do Conselho Diretor, sem nenhum voto contrário.

Fenadados Classista

Os trabalhadores da Cobra Tecnologia aprovaram em 2005, em todo o País, a mudança para a base sindical de informática, sendo representada pelos sindicatos estaduais de processamento de dados e a Fenadados.

A maior participação aconteceu na regional do Rio de Janeiro, com a presença da Fenadados, da Associação dos Empregados da Cobra (AEC), da diretora do SINDMETAL e funcionária da Cobra, do SINDPD-RJ, aprovando, sem nenhum voto contrário e com ampla participação, a mudança de base. E, apesar de todos os esforços, trabalhadores e trabalhadoras ainda aguardam dos representantes do SINDPD-RJ uma decisão classista (segundo o dicionário Aurélio: que ou quem representa uma classe) daquela diretoria.

Greve de trabalhadores e trabalhadoras da Cobra

Apesar de toda a dificuldade, trabalhadores e trabalhadoras da COBRA fizeram uma greve que durou quatro dias, sem nenhuma participação dos sindicatos locais (SINDMETAL, SINDPD-RJ). A Fenadados foi levada, pela primeira vez em seus 18 anos de existência, a assumir uma greve num Estado

sem a participação do sindicato filiado. Mas a organização e a determinação dos trabalhadores e das trabalhadoras levaram o movimento a uma grande vitória, inclusive com o DEST, departamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cedendo em questões como participação dos trabalhadores no plano de saúde, entre outras.

Terceirização de serviços X Caixa Econômica Federal.

Logo no início desta gestão, conseguimos assinar com a Caixa Econômica Federal (CEF) um protocolo de cooperação, instrumento que alguns órgãos vêm assinando com a representação dos trabalhadores de diversas categorias, com o objetivo de resguardar os direitos de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e garantir os serviços prestados aos órgãos por empresas prestadoras de serviços.

Esse reconhecimento da legitimidade das entidades representativas demonstra passos importantes para o resgate da cidadania dos trabalhadores, pois, após a assinatura do protocolo, foi instalado Comitê Permanente, que contou com a participação de representantes da Fenadados e da CEF. Nas reuniões desse comitê foram protocoladas denúncias dos sindicatos filiados em relação aos procedimentos irregulares nos processos de licitação, bem como divergências sobre o reconhecimento das entidades estaduais de processamento de dados.

O Termo de Ajuste de Conduta (TAC), já em andamento, prevê a troca de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados por concursados. Se, por um lado, a ordem judicial regulariza a situação do serviço público, por outro lado desemprega, sem nenhum critério social, trabalhadores e trabalhadoras prestadoras de serviços para a CEF.

Por meio de iniciativas da federação e de seus sindicatos filiados, com manifestações em Brasília, das quais participaram SINDPD-PR, SINDADOS-BA, SINDPD-DF, SINDPD-RJ, foi possível sensibilizar a Caixa Econômica Federal e o Ministério Público do Trabalho, que atenderam à solicitação da federação e, em reunião realizada, aceitaram analisar a proposta de capacitação dos trabalhadores. Após intenso processo na construção de mobilização, em novembro de 2006, foi assinado o termo aditivo ao TAC, prorrogando, para junho de 2008, as demissões previstas.

Vitória – A Fenadados e os sindicatos que lutaram pelo adiamento das demissões em nome da realização de cursos de requalificação para esses trabalhadores conseguiram a prorrogação dos prazos e agora trabalham, em conjunto com o Ministério do Trabalho, para efetivamente serem realizados os cursos.

Comunicação – imprensa e divulgação

Esta gestão se pautou por levar todas as informações aos trabalhadores, especialmente os da base da categoria. Para tanto, melhorou os meios de comunicação até então utilizados pela federação e todas as atividades da federação foram amplamente divulgadas, por meio de nossa página.

Entre outras melhorias podemos citar:

1. a contratação de assessoria de comunicação;
2. o novo sítio da Federação;
3. a atualização diária da página, com notícias específicas da categoria e outras notícias afins;
4. a logomarca da Federação;
5. o *clipping* de produção diária, encaminhado a toda a categoria;
6. o novo *design* do Boletim Informadados, que tem produção quinzenal e é acompanhado de reportagem em áudio, conhecido como Fenadados no Ar;
7. a publicação de matérias dos sindicatos filiados em nossa página;
8. o novo *design* do Boletim Informadados Extra, com matérias e comunicados específicos;
9. a cobertura de todas as mesas de negociações com as empresas, em tempo real.
10. a contratação de um fotógrafo para acompanhamento dos eventos.
11. a ampliação do catálogo de receptores das mensagens.

Organização de trabalhadores e trabalhadoras em empresas estaduais e municipais

Para tratar sobre a organização e a atuação desse segmento, foram realizados o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas Estaduais e

Municipais e a Conferência Nacional de Informática Pública, na qual foi aprovada, entre outros, campanha em defesa das empresas públicas estatais e municipais e definido que o dia 5 de setembro seria o Dia da Informática Pública, com o objetivo de mobilizar os trabalhadores de informática em todo o País para lutar por suas reivindicações.

Anistiados

Não podemos tratar desse assunto sem reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelo falecido companheiro Renato Guilherme da Costa, ativo dirigente dessa causa, brutalmente assassinado.

Inicialmente tivemos o retorno dos anistiados do chamado Anexo I ao Serpro. Depois disso, a federação protocolou um total de 627 requerimentos, correspondentes aos anistiados do Serpro, da Dataprev e da Datamec que tiveram suas anistias indeferidas (Anexo II) – para revisão pela Comissão Especial Interministerial (CEI). Estão em andamento as discussões referentes ao retorno ao Serpro dos anistiados do Anexo II.

Participação em atividades CUT/DIEESE

Dieese – A Fenadados entende que é necessário fortalecer e ampliar a atuação do Dieese. Com essa compreensão, articulou-se para manter a direção nacional do Dieese participando de todas as assembléias nacionais daquele departamento. O Dieese contribui nas campanhas salariais, na elaboração e no entendimento de planilhas diversas.

Qualificação de dirigentes – Os dirigentes sindicais tiveram a possibilidade de participar de curso de negociação coletiva, ministrado pelo Dieese. Esse curso teve ampla participação da diretoria da federação e dirigentes estaduais.

CUT – A Central participou de várias atividades organizadas pela Fenadados, tendo assinado inclusive acordos coletivos da categoria, participado de conferências e viabilizado a ida do ministro da Previdência na sua sede. A federação, por sua vez, se fez presente nos fóruns de discussão da CUT: ramos, reunião de direção ampliada, atividades da Secretaria Nacional de Formação, GT da Terceirização, com a elaboração do Projeto de Lei da



Terceirização e o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), reuniões com segmentos de Tecnologia da Informação.

PLANO DE LUTAS

A gestão 2007/201_[BeQ2], a ser eleita no 16º CNPPD, tem, entre tantos outros, o desafio de organizar não somente os trabalhadores das empresas estatais federais, mas os de todo o segmento, incluindo os trabalhadores do setor privado. Há diversos trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte da categoria de informática e que vivem à margem das convenções coletivas dos trabalhadores do setor estatal.

Para facilitar o diálogo com esses trabalhadores é fundamental que haja caracterização mínima de seu perfil, bem como que os dirigentes se apropriem dos temas considerados transversais pelo movimento sindical, como juventude, gênero e raça, para adaptar a prática e o discurso e trazer esses setores para dentro dos sindicatos.

Estamos dentro da estratégia da CUT de ampliação da representação dos trabalhadores pelo ramo, e faz-se necessário, também, termos definido onde_[BeQ3], quem são e qual o perfil dos trabalhadores da iniciativa privada.

1. Fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT).
2. Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salário.
3. Ampliação do debate sobre reforma sindical.
4. Democratização e livre acesso à informática e ao uso da internet.
-  5. Defesa da utilização de *software* livre.
6. Qualificação de trabalhadores e trabalhadoras, visando ao fim da precarizo nas relações de trabalho nas instituições financeiras.
7. Plano de Cargos e Salários para trabalhadores e trabalhadoras do Serpro, da Dataprev e da Cobra.
8. Regulamentação urgente e imediata da profissão.
9. Garantia de emprego aos trabalhadores envolvidos no seguro desemprego, Caged e carteira imobiliária da CEF.
10. Informatização dos sindicatos.
11. Defesa intransigente pela manutenção dos direitos dos trabalhadores.

12. Criação da Confederação Nacional.

Estrutura Sindical e organização da categoria

Fortalecer Nossa Organização Sindical Pensando no Futuro

A criação dos sindicatos dos trabalhadores em informática, com a categoria sendo conhecida ainda como processamento de dados, a partir de meados dos anos 80 do século passado, teve grande significado para a classe trabalhadora brasileira, pelo seu ineditismo (somos um dos poucos países em que essa categoria de trabalhadores tão especializados se organiza em sindicatos) e por acontecer em articulação com a criação das centrais sindicais brasileiras, em especial a CUT.

Tal fato sem dúvida contribuiu para que esses sindicatos e seus dirigentes alcançassem grande expressão política em nosso país e contribuíssem para importantes conquistas para a categoria e para toda a classe trabalhadora brasileira, a exemplo da licença paternidade, da jornada especial para a digitação e do reconhecimento da LER/DORT como doença ocupacional.

O processo de organização, com origem nas primeiras entidades de profissionais – as APPDs, caminhou em duas direções: a primeira foi a criação de sindicatos estaduais representativos dos trabalhadores de todas as empresas de informática públicas e privadas, sustentados em organizações por local de trabalho, principalmente nas estatais; a segunda, a construção de uma entidade nacional, a Fenadados, capaz de organizar as campanhas salariais nacionais nas empresas estatais federais, negociando e conquistando direitos para seus trabalhadores.

A rápida evolução da informática, especialmente após sua integração com as telecomunicações, na chamada tecnologia da informação e da comunicação, causou profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais em todas as esferas da vida humana, dando sustentação ao funcionamento do próprio sistema capitalista hegemônico, sob a forma da chamada globalização.

Da mesma forma, sua incorporação nos processos produtivos mudou radicalmente a própria natureza do trabalho humano, redefinindo as fronteiras

entre as diversas atividades econômicas, inclusive as do setor de informática, cada vez mais integrado com os setores de telecomunicações, comunicações e cultura.

Ao longo da história de nossa categoria, por diversas vezes procuramos encarar os impactos dessas transformações na nossa organização sindical, propondo sua reorganização por meio da fusão com outras categorias, em especial com os trabalhadores de telecomunicações, constituindo assim sindicatos por ramo de atividade econômica, de acordo com as propostas da CUT. A implementação dessa organização por ramo enfrentou diferentes obstáculos, especialmente os oriundos do corporativismo imposto pela nossa legislação sindical e pela própria cultura do sindicalismo brasileiro, frustrando um projeto que sem dúvida serviria de exemplo para a própria reorganização do movimento sindical brasileiro e fortaleceria sua perspectiva classista.

As propostas de reformas sindicais, em debate ao longo dos últimos anos, voltaram a colocar na agenda da classe trabalhadora brasileira a necessidade de superar a legislação sindical corporativista, oriunda da *Carta Del Lavoro*, rumo a um ambiente de liberdade e autonomia sindical capaz de fortalecer a luta da classe trabalhadora por melhor distribuição da renda nacional. Esse ambiente exige mudanças legais que permitam o reconhecimento das centrais sindicais, a criação e o fortalecimento de sindicatos por ramo de atividade, o fortalecimento de organizações nos locais de trabalho, em especial nas empresas privadas, o fim do imposto sindical e do poder normativo da justiça do trabalho.

Os trabalhadores de informática devem participar desse debate, buscando nova forma de organização sindical capaz de representar os diferentes segmentos de trabalhadores envolvidos com as tecnologias da informação, qualquer que seja a denominação social das empresas empregadoras, bem como os tipos de vínculo de trabalho a que estão submetidos. Para fazer frente à crescente convergência do capital, tornada possível pela própria convergência tecnológica, essa reorganização sindical deverá ser feita “de olho no futuro”, em busca da construção da melhor e mais forte ferramenta de defesa dos trabalhadores e da classe diante dos interesses capitalistas.

Dessa forma, volta à ordem do dia a proposta de organização por ramo de atividade econômica, dentro da CUT, articulada sob a forma de confederação,

reunindo informática, telecomunicações, comunicação e todas as demais atividades similares, respeitada a autonomia de cada sindicato e base. Tal organização deverá ser construída com intensa participação da base e com grande compromisso com a unidade de ação da classe trabalhadora, contra aqueles que buscam dividir o nosso instrumento de luta, a Fenadados.

Tecnologia e Sociedade

Responsabilidade Social e Inclusão Digital.

As novas tecnologias, em particular a internet, vieram para ficar e já começam a alterar o comportamento da sociedade, como um dia fizeram o telefone, o rádio e a TV. Somos hoje uma sociedade da informação, tendo em nossas mãos uma infinidade de soluções digitais cada vez mais surpreendentes e poderosas.

No entanto, todos esses avanços ainda não estão disponíveis para toda a população. Custos altos, falta de infra-estrutura, ausência de capacitação e de política definida para a inclusão digital são os principais problemas enfrentados em diversos países do mundo.

Inclusão digital é a denominação dada, genericamente, aos esforços de fazer que as populações das sociedades contemporâneas – cujas estruturas e funcionamento estão sendo significativamente alteradas pelas tecnologias de informação e de comunicação – possam obter os conhecimentos necessários para utilizar, com um mínimo de proficiência, os recursos de tecnologia de informação e de comunicação existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos.

A inclusão digital tem sido pauta obrigatória no cenário político nacional e internacional e motivação de várias ações, projetos e programas nas agendas sociais no Brasil e em diversos países do mundo. Presume-se, em geral, que há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa mediadas por computadores conectados à internet e prescrevem-se como soluções democráticas a universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação.

Dados do Ministério da Ciência e Tecnologia revelam que apenas cerca de 18% da população brasileira têm acesso contínuo à internet .

Por esse motivo, disseminam-se centros de acesso público à internet, cursos de alfabetização tecnológica e outras iniciativas destinadas a minimizar a exclusão digital entre as comunidades de baixa renda.

Iniciativas como a do PC Conectado são louváveis, mas não é só a entrega de máquinas, conforme bons e maus exemplos de outros países nos ensinam, que irá solucionar esse grave problema. Em termos concretos, incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do manuseio dos computadores. O erro de interpretação é comum, porque muita gente acha que incluir digitalmente é colocar computadores na frente das pessoas e apenas ensiná-las a usar o Windows e pacotes de escritório.

É de fundamental importância que, além de poder operar o computador, o cidadão tenha a capacidade e a disponibilidade de acessar os serviços públicos oferecidos por meio da internet, de procurar oportunidade de trabalho, de acessar serviços bancários, de acessar informações úteis ao seu desenvolvimento intelectual, entre várias outras possibilidades oferecidas pela rede. É preciso transformar a perspectiva de vida das pessoas, buscar soluções práticas que melhorem a vida desses cidadãos excluídos digitalmente. É importante mostrar como as pessoas podem melhorar sua renda e sua condição de vida com ajuda do computador.

Deve-se evitar propagar cenários surreais da chamada inclusão digital, como é o caso de comunidades ou escolas que recebem computadores novinhos em folha, mas que nunca são utilizados porque não há telefone para conectar à internet ou porque faltam professores qualificados para repassar o conhecimento necessário.

Como principais problemas a ser enfrentados, temos a carência de infraestrutura, a baixa escolaridade e preparação dos instrutores, que às vezes são os jovens da própria comunidade e os próprios organizadores de “telecentros”, sem noção de objetivos e propósitos na hora de ensinar pessoas a usar o computador.

Há uma discussão emergindo sobre o uso do termo inclusão digital. Por um lado, existe a crítica da banalização do termo, especialmente por conta da exploração política oportunista, e também já se menciona o “modismo” vinculado ao uso sensacionalista do termo.

Há quem diga que as TICs não foram projetadas para todos, e nesse caso não haveria motivos para alarde com relação a exclusão digital; porém, a inclusão digital possui o papel de resgatar os excluídos digitais para o contexto da sociedade movida pelos processos de criação, produção e sublimação da informação em conhecimento. Significa efetivar os excluídos digitais na sociedade da informação, por meio de políticas que visem ao seu crescimento auto-sustentável de forma colaborativa e gradual, não com medidas emergenciais e paliativas. Conseqüentemente, inclusão digital remete à busca da reflexão do mundo e da localidade, das condições de sobrevivência (emprego, alimentação, moradia, etc.), do estímulo ao conhecimento renovado e à crítica do já existente e da redução das desigualdades sociais.

Três pilares formam tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: TICs, renda e educação. Não é difícil perceber que sem qualquer um desses pilares, não importa qual combinação seja feita, qualquer ação está fadada ao insucesso.

Se levarmos em consideração o pilar “renda”, para que um brasileiro possa dispor desse recurso e facilidade, caso faça uso da linha telefônica para ter acesso à internet, tal uso resultará em adicional na conta telefônica, ou terá de pagar um provedor de acesso, com valor mensal entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00. Além disso, para ter acesso à internet, ele precisa dispor de um computador pessoal, o qual tem custo de, aproximadamente, R\$ 1.300,00. Se o indivíduo optar por financiar a compra do computador em 24 pagamentos, irá pagar uma prestação com valor médio de R\$ 95,00, resultando num custo total de R\$ 2.280,00 (o que representa aproximadamente dez salários mínimos).

A exclusão socioeconômica desencadeia a exclusão digital ao mesmo tempo em que a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica. A inclusão digital deveria ser fruto de política pública com destinação orçamentária, a fim de que ações promovam a inclusão e a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos. Nesse contexto, é preciso levar em conta indivíduos com baixa escolaridade, baixa renda, com limitações físicas e idade mais avançada. Uma ação prioritária deveria ser voltada a crianças e jovens, pois constituem a próxima geração.

Por esse motivo, a adoção de *software* livre em iniciativas voltadas para a inclusão digital é fundamental, pois possui os ingredientes necessários a uma apropriação autônoma, colaborativa e democrática dos meios digitais interativos, além de proporcionar drástica redução de custos de licenças de *software* à população de baixa renda.

Outro parceiro importante à inclusão digital é a educação. A inclusão digital deve ser parte do processo de ensino, de forma a promover a educação continuada. Note que educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial desse processo. Embora a ação governamental seja de suma importância, ela deve ter a participação de toda sociedade diante da necessidade premente que se tem de acesso a educação e redistribuição de renda, permitindo assim acesso às TICs.

Ações de inclusão digital devem estimular parcerias entre governos (nas esferas federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), escolas e universidades. Governos e empresas privadas devem atuar prioritariamente na melhoria de renda, suporte à educação, bem como tornar disponíveis equipamentos à população.

Algumas ações que podem ser promovidas por governos e empresas privadas incluem:

- Disponibilizar acesso a terminais de computadores e correio eletrônico a toda a população;
- Oferecer tarifas reduzidas para uso dos sistemas de telecomunicações;
- Criar mecanismos de isenção fiscal, sem muita burocracia, para o recebimento de doações de computadores e equipamentos de infraestrutura.

As escolas e as universidades constituem também componentes essenciais à inclusão digital, uma vez que diversos protagonistas (professores, alunos, especialistas membros da comunidade) atuam em conjunto para o processo de construção de conhecimento.


Note-se que os três pilares do tripé da inclusão digital devem existir em conjunto para que ela ocorra de fato. De nada adianta acesso às tecnologias e renda se não houver acesso à educação. Isso porque o indivíduo deixa de ter papel meramente passivo, de consumidor de informações, bens e serviços, e

então passa também a atuar como produtor, de conhecimentos, bens e serviços.

É também imperativo que a inclusão digital esteja integrada aos conteúdos curriculares e isso requer um redesenho do projeto pedagógico e grades curriculares atuais de ensino fundamental e médio. É pré-requisito considerá-lo também na formação de profissionais dos cursos de Pedagogia, licenciaturas e similares.

Os indivíduos que, por condições de insuficiência de renda, não têm como dispor de computador e linha telefônica em casa, poderiam ter a exclusão atenuada, caso tivessem acesso em empresas, escolas ou centros de cidadãos. Esses recursos seriam destinados prioritariamente àqueles que não têm acesso em suas residências. Vale ressaltar que esse tipo de solução tem natureza paliativa. Adicionalmente, poderíamos ainda considerar o uso do *software* livre em computadores, sem qualquer custo.

Várias iniciativas e projetos do governo federal visam a diminuir a exclusão digital existente hoje no Brasil. Entre eles podemos citar:

- Casa Brasil
- Centros Vocacionais Tecnológicos
- Computador para Todos
- Gesac – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
- Última modificação Pontos de Cultura – Cultura Digital^[BeQ5]
- Programa Estação Digital
- ProInfo – Programa Nacional de Informática na Educação
- Projeto Computadores para Inclusão
- Quiosque do Cidadão
- Serpro Cidadão
- Telecentros Banco do Brasil 
- TIN – Telecentros de Informação e Negócios

Embora iniciativas tenham sido executadas com sucesso, ainda é necessária uma política pública rígida no combate à exclusão digital. Isso seria possível elaborando parcerias do governo com diversos setores da economia

para ampliação dos telecentros e investimentos na educação, visto ser um dos pilares importantes para o acesso à TIC. A inclusão digital deveria ser uma responsabilidade social, visando à inclusão dos indivíduos na sociedade da informação.

Além disso, o acesso à internet deve ser democratizado, visto ser um robusto banco de informações e serviços que deve ser disponível a toda a sociedade brasileira.

A inclusão digital, educacional e social deve ser uma bandeira dos movimentos organizados na sociedade, sindicatos, ONGs, grupos culturais e etc.

A democratização da tecnologia é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Vimos nas últimas eleições americanas como o acesso ao mundo virtual foi importante para a derrota das políticas imperialistas de Bush e, no Brasil, o quanto foi importante o contra-ataque de nossos companheiros, via internet, para contrabalançar o poderio da “grande imprensa”.

Hoje a batalha pela inclusão social deve ser elevada a batalha pela alfabetização, pois sabemos que o alijamento social só interessa aos donos do poder e do capital.

O controle público da internet é um desafio a ser vencido

A internet é a invenção que possibilitou a revolução tecnológica da informática chegar a todos os lugares ao mesmo tempo. Tornou uma realidade prática o espaço e o tempo planetário não restritos aos limites da nossa Terra, mas projetados no espaço cósmico até onde um humano e um artefato humano possam chegar. Os astronautas, as naves e os robôs espaciais estão na internet, com as mesmas propriedades e usufruindo das mesmas funcionalidades das demais entidades.

Essa realidade espantosa se materializou em curto espaço de tempo. Em duas décadas temos a internet como o ambiente, por excelência, onde a convergência tecnológica possibilitada pela informática se realiza na fronteira e nos limites das suas possibilidades, sendo esta uma tendência que deverá ainda se prolongar por muito tempo.

Mas a internet é, também, uma plataforma de comunicação, que excede numa avaliação funcional a soma de todas as plataformas pré-existentes, uma plataforma de armazenamento e distribuição de conteúdo que supera a soma das plataformas anteriores de maneira ainda mais espetacular, e um ambiente de desenvolvimento, implementação e execução de serviços com possibilidades funcionais ilimitadas, isto é, que possibilita a realização de todas as atividades no ramo de serviços sem nenhuma limitação funcional significativa.

Além disso, a internet no contexto tecnológico da informática é um artefato com conceitos simples, com desenvolvimento, implementação e execução relativamente baratos. Enfim uma invenção fantasticamente útil e singularmente elegante.

Apesar de ser absolutamente simples e relativamente barata, sua dimensão planetária e sua importância política tornam seus custos bem relevantes e cobram dos países subsídios igualmente importantes. Esses subsídios são as infra-estruturas de computadores e de telecomunicações, os organismos técnicos e administrativos, além do provimento de uma estrutura jurídica que garanta a segurança e a continuidade desse espaço que, exatamente por ser virtual, depende de uma estrutura jurídica até mesmo para existir.

Essa questão do subsídio é especialmente importante porque os países, tendo uma participação desigual, também têm poder desigual de controle sobre ela, e quando as corporações se arvoram a substituir os países como fontes de recursos, também subtraem o poder das nações e adquirem poder de controle sobre a internet.

Se o subsídio necessário para o funcionamento e o desenvolvimento da internet já turva a promoção do interesse público baseado nos Direitos Humanos, a utilidade sem limites dessa rede transforma o seu controle num objetivo estratégico ao qual está associado o futuro da economia baseada em monopólios e oligopólios.

Esse último cenário é que se coloca como determinante da luta travada há pelo menos meia década em relação a tópicos como controle de acesso, segurança, crimes cibernéticos, distribuição de conteúdo, serviços de comunicação, padrões, e outros, cuja a relevância e prioridade numa agenda

de discussão são decididos em função dos interesses das corporações e de suas pretensões de domesticar e privatizar a internet, consolidando o modelo econômico atual de monopólios e oligopólios.

No Brasil, momentaneamente, o processo se dá de maneira diferenciada. O atual governo adotou uma política para a internet que coloca ênfase no interesse público. Nos fóruns internacionais e nas relações bilaterais, o Brasil tem defendido com clareza posições com essa ênfase, e, internamente, promoveu mudanças importantes no Comitê Gestor da internet, tem possibilitado um ambiente político e administrativo que fazem avançar as iniciativas para a inclusão digital e o uso do *software* livre, articulando essas iniciativas com medidas nas áreas da indústria, da C&T, das telecomunicações e da fazenda para facilitar o acesso mais democrático a bens e serviços de informática.

Essa política consistente tem gerado outros frutos, pois é o centro estratégico que possibilita reações como a que barrou a tentativa de aprovação no Senado Federal de uma legislação de controle da internet com critérios muito questionáveis sob a ótica do interesse público.

Esse cenário no Brasil é produto de ação política que tem dois vetores: o governo federal e o acúmulo de entidades e movimentos que colocaram, historicamente, a informática pública como elemento estratégico para o desenvolvimento brasileiro. A Fenadados e os sindicatos estiveram entre os pioneiros dessa construção sobre a informática pública.

Apesar do quadro positivo, o momento é, particularmente, difícil e, ao invés de avanços, devemos esperar uma luta importante para implementar e consolidar as iniciativas existentes. Esse cenário exige que a Fenadados e os sindicatos intervenham com profundidade e qualidade no debate e participem das ações políticas e técnicas relacionadas com o desenvolvimento da internet.

Para tanto, é preciso fortalecer as diretorias de informática, desenvolver ações para a intervenção institucional da Fenadados e dos sindicatos nos organismos e instâncias de formulação de política, de construção técnica e de governança da internet e de questões e temas com ela relacionados. Essas ações deverão se pautar por planejamentos adequados, capazes de mobilizar as participações dos técnicos da categoria e empolgar as colaborações de

parceiros, além de gerarem a confiança necessária para reunir os recursos, que não serão pequenos para a sua execução.

Os planejamentos da Fenadados e dos sindicatos aqui referidos deverão ser a prioridade para as respectivas diretorias de informática, até meados desse ano de 2007.